

COLÉGIO SÃO LUÍS

**ENSINO MÉDIO
CURSO DE METODOLOGIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

Arthur Ferreira de André

**CONSCIÊNCIA E AUTOCONHECIMENTO:
REFLEXÕES FILOSÓFICAS SOBRE A IDENTIDADE HUMANA**

**São Paulo, Brasil
2025**

Arthur Ferreira de André

**CONSCIÊNCIA E AUTOCONHECIMENTO:
REFLEXÕES FILOSÓFICAS SOBRE A IDENTIDADE HUMANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito de aprovação em “Metodologia de Iniciação
Científica”, na 2ª série do EM do Colégio São Luís

Orientador: Prof. Me. Graziano Costa

São Paulo
2025

DEDICATÓRIA

Aos meus cachorros, Cookie e Nino.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao meu orientador, Graziano Costa, que não apenas me ajudou com as questões técnicas e conceituais, como também foi extremamente compreensivo ao longo de todo o ano, tornando o processo deste trabalho muito mais leve e agradável. Sem ele, esta pesquisa, definitivamente, não existiria.

Agradeço, também, aos meus pais e amigos, que me apoiaram e me escutaram sempre que precisei, oferecendo uma ajuda indispensável para a conclusão deste projeto.

No man ever steps in the same river twice,
for it's not the same river and he's not the same man

Heráclito de Éfeso

RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre consciência, autoconhecimento e construção da identidade humana a partir de uma perspectiva filosófica. Analisa-se o desenvolvimento desses conceitos desde a Antiguidade até a contemporaneidade, considerando contribuições de filósofos clássicos e contemporâneos. Discute-se a experiência consciente (*qualia*), a distinção mente-corpo, e como o autoconhecimento influencia a percepção de si mesmo e do mundo. A pesquisa adota abordagem qualitativa, teórico-reflexiva e comparativa, promovendo reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos da subjetividade e do sentido existencial.

Palavras-chave: Consciência, Autoconhecimento, Identidade, Filosofia da Mente, Qualia

ABSTRACT

This study investigates the relationship between consciousness, self-knowledge, and the construction of human identity from a philosophical perspective. It examines the development of these concepts from Antiquity to contemporary times, considering contributions from classical and modern philosophers. The research discusses conscious experience (*qualia*), the mind-body distinction, and how self-knowledge shapes individuals' perception of themselves and the world. A qualitative, theoretical-reflective, and comparative approach is adopted, fostering critical reflection on contemporary challenges related to subjectivity and existential meaning.

Keywords: Consciousness, Self-knowledge, Identity, Philosophy of Mind, Qualia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2. OBJETO.....	11
3. PROBLEMA.....	11
4. OBJETIVO GERAL.....	12
5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
6. HIPÓTESES.....	12
7. METODOLOGIA	13
CAPÍTULO 1 – AS RAÍZES ANTIGAS DA CONSCIÊNCIA E DA IDENTIDADE	14
1.1 Contexto histórico e filosófico.....	14
1.2 Sócrates e o autoconhecimento como ética	15
1.3 Platão: identidade e reminiscência	16
1.4 Os estoicos e o exercício espiritual da consciência.....	17
CAPÍTULO 2 – A FILOSOFIA MODERNA E AS TRANSFORMAÇÕES DA CONSCIÊNCIA E DA IDENTIDADE	18
2.1 Da antiguidade à modernidade	18
2.2 René Descartes: o cogito como fundamento da identidade reflexiva.....	18
2.2.1 O problema da interação mente-corpo e suas implicações identitárias	19
2.2.2 Problematização crítica: cogito, autoconhecimento e responsabilidade	19
2.3 A proposta lockeana: identidade como continuidade da consciência	20
2.4 Jean-Jacques Rousseau: educação, formação e constituição de si	21
2.5 Diálogo entre a Modernidade e a Antiguidade	22
CAPÍTULO 3 – CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA CONSCIÊNCIA E DA IDENTIDADE	24
3.2 Psicanálise e a formação do sujeito: Lacan e Bion	24
3.3 Fenomenologia da percepção: Merleau-Ponty.....	26
3.4 Neurofilosofia e o modelo do eu: Thomas Metzinger	26
3.5 Síntese e problematização	27
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
9. REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

A consciência e a identidade humana são temas que atravessam séculos de reflexão filosófica, envolvendo questões sobre autoconhecimento, memória, ética e formação do sujeito. Desde a Antiguidade, o pensamento filosófico buscou compreender não apenas o que significa existir, mas também como o indivíduo se reconhece como sujeito e constrói a própria identidade. Este trabalho propõe investigar essas dimensões, articulando tradições antigas, modernas e contemporâneas, a fim de compreender de que modo a consciência e o autoconhecimento atuam na constituição da identidade humana.

No **primeiro capítulo**, o estudo se debruça sobre as raízes antigas da consciência e da identidade, considerando a filosofia grega como ponto de partida. A reflexão inicia-se na passagem do mito para a razão, destacando pensadores como Sócrates, Platão e os estoicos, que colocaram o autoconhecimento no centro da vida ética. A consciência, nesse contexto, é entendida como atenção a si mesmo, enquanto a identidade emerge da prática ética e da reflexão sobre a própria alma.

Sócrates, especialmente, é apresentado como modelo de autoconhecimento aplicado à ética, por meio do diálogo e da maiêutica. Sua máxima “conhece-te a ti mesmo” revela que compreender a própria essência não é apenas exercício intelectual, mas prática moral, orientando decisões e moldando a identidade do sujeito. A noção de *daimónion* exemplifica como a consciência interior funciona como guia ético independente de regras externas.

Platão, por sua vez, amplia essas reflexões, conectando identidade à razão e à reminiscência da alma. O autoconhecimento, nesse caso, envolve recordar verdades universais e eternas, permitindo que a razão governe paixões e desejos, garantindo ordem ética e consistência da identidade. Os estoicos, complementando essa tradição, destacam a disciplina interior e a vigilância constante sobre si mesmo como caminho para a liberdade e a integridade pessoal.

O **segundo capítulo** desloca a análise para a filosofia moderna, apresentando a transformação do conceito de consciência e identidade. René Descartes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau são explorados como figuras centrais que redefiniram o “si mesmo”: Descartes, por meio da consciência reflexiva; Locke, através

da continuidade da memória; e Rousseau, enfatizando a formação social e educativa do sujeito. Aqui, o autoconhecimento se torna ferramenta de reflexão interior e mediação social.

O cogito cartesiano inaugura a ideia de identidade reflexiva, mas enfrenta limitações quanto à continuidade temporal do sujeito e à relação mente-corpo. Locke propõe que a identidade pessoal depende da memória e da consciência conectada às experiências passadas, enquanto Rousseau lembra que a formação ética e social é inseparável do processo de constituição do “eu”. Essa discussão evidencia tensões entre autonomia interior e condicionamentos sociais.

Ao longo do capítulo, são problematizados temas como o papel da memória, a persistência da identidade ao longo do tempo e os limites das abordagens modernas. Essa análise permite compreender como a filosofia moderna forneceu ferramentas para pensar a consciência como condição do autoconhecimento, mas também abriu espaço para novos desafios, que serão retomados na contemporaneidade.

No **terceiro capítulo**, o enfoque se volta para concepções contemporâneas da consciência e da identidade, incorporando contribuições da psicanálise, fenomenologia e neurofilosofia. Autores como Lacan, Bion, Merleau-Ponty e Metzinger são apresentados para demonstrar que a identidade não é uma substância fixa, mas um processo complexo e dinâmico, influenciado pela linguagem, emoção, corporeidade e funcionamento cerebral.

A psicanálise evidencia que o sujeito é produto de mediações simbólicas e afetivas, enquanto a fenomenologia destaca a centralidade do corpo e da percepção na constituição do “eu”. Metzinger propõe um modelo neural do self, mostrando que a consciência é uma representação interna que permite auto-organização e adaptação. Em conjunto, essas perspectivas contemporâneas revelam a complexidade do autoconhecimento como tarefa contínua e multifacetada.

Dessa forma, este trabalho busca articular tradições filosóficas antigas, modernas e contemporâneas, evidenciando como a consciência e o autoconhecimento contribuem para a constituição e transformação da identidade humana. Ao integrar dimensões éticas, cognitivas, sociais e biológicas, pretende-se oferecer uma compreensão ampla e crítica do sujeito, destacando tanto continuidades quanto rupturas ao longo da história do pensamento filosófico.

2. OBJETO

O objeto deste trabalho é analisar, à luz da filosofia da mente e da tradição socrática, a forma como a consciência opera na mediação entre o autoconhecimento e a construção da identidade humana. Considerando que a consciência se situa no conhecimento de si (Skinner, 1993), entende-se que o aprofundamento desses temas de forma isolada é insuficiente.

Para compreender esses conceitos subjetivos, é necessário assumir que a consciência vai além de meras reações químicas ou elétricas no cérebro. Existe um ponto de partida em que o ser deixa de ser apenas um organismo respondendo a estímulos e passa a ter consciência de sua própria existência. Enquanto abordagens behavioristas situam a consciência no campo da resposta a estímulos, perspectivas contemporâneas, como a de Chalmers, problematizam essa visão ao propor a existência de experiências subjetivas irreproduzíveis, os chamados *qualia*.

O experimento mental do “zumbi filosófico”, proposto por Robert Kirk e retomado por Chalmers, exemplifica a importância de compreender a experiência consciente como base da identidade: mesmo que um zumbi seja idêntico a nós em comportamento e estrutura física, ele carece da experiência subjetiva que caracteriza a consciência (Gomes, 2020). Descartes complementa essa reflexão ao diferenciar mente e corpo, destacando que, sem consciência, um autômato poderia ter funções corporais normais, mas não replicaria comportamentos tipicamente humanos (Blum, 2020).

Portanto, o estudo do autoconhecimento emerge como condição essencial para compreender a complexidade do ser humano. Em uma sociedade cada vez mais conectada e alienada, conhecer-se torna-se um desafio relevante, justificando a investigação proposta.

3. PROBLEMA

Esta pesquisa parte do entrelaçamento conceitual entre consciência, autoconhecimento e identidade humana dentro da tradição filosófica. Diante da complexidade desses conceitos, propõe-se investigar de que forma a consciência e o autoconhecimento contribuem para a constituição e transformação da identidade ao longo da vida.

O problema central é: como a consciência e o autoconhecimento influenciam a construção e a transformação da identidade humana? Para respondê-lo, é necessário esclarecer: o que é identidade humana? Ela é estável ou mutável? Qual concepção de consciência será adotada? E como o conhecimento de si mesmo interfere na percepção e na ação do indivíduo no mundo?

4. OBJETIVO GERAL

Investigar filosoficamente as principais concepções de consciência e autoconhecimento, desde a Antiguidade até a contemporaneidade, com foco em como esses conceitos fundamentam a construção da identidade humana.

A análise será realizada a partir de textos clássicos e contemporâneos, permitindo a construção de um referencial teórico sólido que articule filosofia da mente, tradição socrática e questões existenciais atuais.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear as principais concepções filosóficas de consciência ao longo da história, com atenção à Antiguidade, Modernidade e Filosofia Contemporânea.
- Investigar a relação entre consciência e autoconhecimento sob diferentes perspectivas filosóficas, enfatizando seu papel na formação da identidade.
- Analisar como o autoconhecimento contribui para a constituição ética e existencial do sujeito, considerando experiências individuais e sociais.
- Examinar a identidade como construção dinâmica e histórica, incluindo abordagens interdisciplinares.
- Estabelecer conexões entre os conceitos estudados e desafios contemporâneos relativos à subjetividade, autenticidade e sentido da existência.

6. HIPÓTESES

- A consciência, enquanto processo reflexivo, é condição essencial para o autoconhecimento e, conseqüentemente, para a constituição da identidade.

- O autoconhecimento é um processo dinâmico e contínuo, desenvolvido a partir da introspecção, da experiência e da interação com o outro, contribuindo para uma identidade ética e existencialmente situada.
- Diferentes concepções filosóficas de consciência e identidade revelam transformações históricas influenciadas por contextos socioculturais e avanços epistemológicos.
- A ausência de autoconhecimento compromete a construção de uma identidade sólida, aumentando a vulnerabilidade do indivíduo a padrões externos e crises existenciais.
- A filosofia oferece ferramentas conceituais para compreender a complexidade da consciência e da identidade, superando limitações de abordagens puramente científicas.

7. METODOLOGIA

A pesquisa possui natureza qualitativa, com abordagem teórico-reflexiva baseada em revisão bibliográfica e histórica. Serão analisadas concepções filosóficas sobre consciência, incluindo discussões sobre *qualia*, desde a Filosofia Antiga (Sócrates, Platão, estoicismo) até a Modernidade e Contemporaneidade (Descartes, Nietzsche, Foucault), considerando a constituição do sujeito e a formação da identidade.

Será adotada análise comparativa entre diferentes modelos filosóficos, identificando convergências, tensões e transformações ao longo da história. Complementarmente, serão elaborados esquemas conceituais e quadros-síntese para facilitar a visualização das ideias. Ao final, a pesquisa proporcionará reflexão crítica sobre a relevância da consciência e do autoconhecimento na formação da identidade humana, especialmente em um contexto contemporâneo marcado por instabilidades existenciais e tecnológicas.

CAPÍTULO 1 – AS RAÍZES ANTIGAS DA CONSCIÊNCIA E DA IDENTIDADE

1.1 Contexto histórico e filosófico

Desde os primórdios da filosofia ocidental, a busca pelo conhecimento de si e a compreensão da própria existência ocuparam um lugar central no pensamento humano. Na Grécia Antiga, esse movimento de reflexão começou a ganhar um teor lógico, se distanciando das explicações dos mitos e se aproximando de uma investigação racional da natureza humana. Esse processo marca o nascimento de conceitos fundamentais para o estudo da consciência, do autoconhecimento e da identidade.

A primeira abordagem filosófica ao que chamamos hoje de consciência foi realizada por Aristóteles e Platão, como descrita por Nicola Abbagnano (1998, verbete *Consciência*¹, p. 194):

Em geral, a possibilidade de dar atenção aos próprios modos de ser e às próprias ações, bem como de exprimi-los com a linguagem. Essa possibilidade é a única base de fato sobre a qual foi edificada a noção filosófica de CONSCIÊNCIA. Platão e Aristóteles, que não tiveram este segundo conceito, conheceram e descreveram o primeiro.

Apesar de simples, a definição posta por Abbagnano reflete perfeitamente o modo como a consciência era retratada na Antiguidade, sendo esta, de forma geral, a essência do que nos permite monitorar as nossas ações e a nossa vida. Para o presente estudo, entretanto, esta noção pode ser considerada introdutória, já que permite apenas uma conexão inicial com a construção da identidade humana contemporânea. O que está em foco é a passagem de uma consciência entendida como simples “atenção” para uma consciência filosófica, que problematiza o próprio sujeito e sua relação consigo mesmo.

A identidade, por sua vez, já foi definida diversas vezes ao longo da história. Raramente, porém, essas definições foram objetivas ou científicas: em geral, tratou-se de concepções subjetivas e intuitivas, frequentemente ligadas à ética ou à metafísica.

Aristóteles ignora o princípio da I., o mesmo ocorrendo com toda a tradição medieval. O próprio Leibniz considera o enunciado: "Tudo é aquilo que é"

como tipo das verdades idênticas afirmativas, sem atribuir-lhe a posição de princípio, que atribui apenas ao de contradição e ao de razão suficiente [...]. Por outro lado, Leibniz também conhecia a fórmula geral das I., como ocorria com Locke, que a enumerava entre as máximas cujo caráter inato se reconhece, graças ao consenso universal que suscitam: "Aí estão dois dos célebres princípios, aos quais, mais que a qualquer outro, se atribui a qualidade dos princípios inatos: Tudo aquilo que é é, e: É impossível que uma coisa seja e não seja ao mesmo tempo" (Ensaio, I, 1, 4). Tanto Locke quanto Leibniz parecem referir-se à fórmula da I. como máxima bem conhecida e reconhecida, mas que ainda não foi alçada ao nível de princípio ontológico ou lógico (ABBAGNANO, 1998, p. 542).

Essa breve contextualização é importante pois demonstra como a identidade, embora intuitivamente compreendida por todos como a noção de “ser o mesmo”, foi objeto de reflexão mais detalhada apenas a partir da modernidade. Ainda assim, já na Antiguidade, Sócrates, Platão e os estoicos deram forma a diferentes maneiras de pensar a consciência de si e sua ligação com a vida ética, estabelecendo o alicerce para as discussões posteriores.

1.2 Sócrates e o autoconhecimento como ética

É no contexto das pólis gregas que surge a figura de Sócrates (470–399 a.C.), que não deixou registros escritos próprios, mas influenciou imensamente a tradição filosófica ocidental. Sócrates não buscava compreender o cosmos, mas sim examinar a essência humana, suas virtudes e seus limites. Seu método era baseado no diálogo e na maiêutica, que levava o interlocutor a questionar suas certezas até reconhecer sua ignorância, para então reconstruir um saber mais verdadeiro sobre si mesmo. O autoconhecimento, portanto, não era para ele um simples exercício intelectual, mas o ponto de partida da vida ética.

O famoso lema “conhece-te a ti mesmo”, inscrito no templo de Apolo em Delfos, é adotado por Sócrates como centro de sua teoria filosófica. Esse conhecimento de si não é apenas teórico, mas prático: trata-se de buscar ativamente compreender os próprios valores, vontades e limitações. Reale (1994, p. 143) resume: “Para Sócrates, a essência do homem reside na alma, e o conhecimento de si é o primeiro passo para a realização do bem.”

Aqui vemos a ligação direta entre consciência e identidade: o que torna o homem quem ele é não é o corpo, nem sua posição social, mas sua alma e a

capacidade de refletir sobre ela. Ao compreender a si mesmo, o sujeito constrói sua identidade moral e se torna capaz de agir de forma justa.

Outro aspecto fundamental do pensamento socrático é a noção de daimónion — uma voz interior que o advertia sempre que estivesse prestes a cometer um erro. Muitos a interpretaram como manifestação divina, mas Miguel Spinelli (2006, p. 60) afirma que o daimónion é um “sinal interior que indica a Sócrates a direção a não seguir”, funcionando como um alerta moral. Essa leitura permite aproximar o daimónion da ideia de consciência interior, um núcleo de orientação ética que não depende de regras externas, mas de uma escuta interna.

O que aprendemos com Sócrates é que a consciência e o autoconhecimento não são conceitos abstratos, mas práticas éticas que moldam a identidade do sujeito. Esse legado se tornou um marco na filosofia ocidental e influenciou diretamente seu discípulo Platão.

1.3 Platão: identidade e reminiscência

Platão (427–347 a.C.) amplia e sistematiza as intuições de Sócrates. Para ele, a alma (psique) ocupa papel central na constituição da identidade. Em diálogos como Fédon e A República, Platão apresenta a alma como imortal e racional, capaz de acessar as verdades eternas por meio da filosofia. O processo de autoconhecimento, nessa perspectiva, não é apenas introspecção, mas reminiscência (anamnese): recordar verdades contempladas pela alma antes de nascer no mundo sensível. Marilena Chauí (2002, p. 250) destaca que: “A alma racional é aquela que torna possível ao homem o conhecimento do Bem, e, portanto, o domínio de si mesmo.”

Assim, conhecer a si mesmo, para Platão, significa lembrar e recuperar a dimensão eterna da alma. A identidade não se reduz, portanto, ao corpo ou à memória empírica, mas à essência racional e imortal do sujeito.

Platão também conecta a identidade ao campo ético e político. Em A República, ele compara a alma à cidade: só quando a razão governa as demais partes (desejos e paixões), há ordem e justiça. Do mesmo modo, a identidade pessoal só se realiza plenamente quando a razão domina e orienta a ação humana.

Essa concepção prepara o terreno para correntes como o estoicismo, que também associarão autoconhecimento, disciplina interior e conformidade com uma ordem racional.

1.4 Os estoicos e o exercício espiritual da consciência

O estoicismo, surgido no século III a.C., ocupa lugar de destaque ao propor uma ética fundada na razão, na autodisciplina e na conformidade com o cosmos. Para os estoicos, a verdadeira liberdade não é fazer tudo o que se deseja, mas viver segundo a natureza racional. O autoconhecimento é, assim, um caminho de virtude e de tranquilidade interior.

Filósofos como Epicteto, Sêneca e Marco Aurélio insistem na necessidade de examinar constantemente os próprios pensamentos e impulsos, distinguindo o que está ou não sob nosso controle. Esse exercício de vigilância mostra que a identidade não é algo dado, mas um trabalho contínuo sobre si mesmo. Hadot (2006, p. 142) resume: “O exercício espiritual do estoico consiste em vigiar constantemente a si mesmo, em colocar-se sob a observação da razão universal e agir conforme sua natureza.”

Aqui, fica evidente que a identidade humana, para os estoicos, não é estática, mas resultado de uma prática: observar-se, corrigir-se, alinhar-se ao logos. É uma construção diária, mediada pela consciência.

Desde Sócrates até os estoicos, o autoconhecimento aparece sempre como elemento central da filosofia e da ética. Em Sócrates, ele é condição para uma vida justa; em Platão, é reminiscência da alma racional e imortal; nos estoicos, é exercício espiritual e disciplina interior. Em todos os casos, a consciência é entendida como aquilo que permite ao sujeito não apenas conhecer, mas também formar e transformar sua identidade.

A identidade humana, dentro dessa tradição, não é algo fixo ou imutável, mas uma construção contínua assegurada pela reflexão, pelo cuidado de si e pela escuta da consciência. Essa herança grega constitui o ponto de partida para as concepções modernas e contemporâneas, que reformularão esses temas em novas bases.

CAPÍTULO 2 – A FILOSOFIA MODERNA E AS TRANSFORMAÇÕES DA CONSCIÊNCIA E DA IDENTIDADE

2.1 Da antiguidade à modernidade

O percurso iniciado na Antiguidade: em que Sócrates, Platão e os estoicos situaram o autoconhecimento no centro da vida ética e conceberam a identidade em termos de alma, razão e prática, sofre, na Modernidade, transformações que reconfiguram os sentidos de consciência e de identidade. Como destaca Abbagnano (1998, verbete *Modernidade*), a Modernidade trata-se de um período em que o homem deixa de se ver como parte subordinada a uma ordem cósmica fixa e passa a assumir-se como sujeito autônomo, capaz de construir conhecimento e determinar sua própria existência. Deste modo, o período desloca o fundamento do “si mesmo” para a consciência reflexiva e para formas de continuidade psicológica, ao mesmo tempo em que abre novos problemas (dualismo mente-corpo, fragilidade da memória, identidade narrativa) que instigarão a filosofia posterior a repensar o sujeito. Este capítulo busca mapear e problematizar as contribuições centrais de René Descartes e John Locke, introduzindo, para efeitos de ampliação crítica, a perspectiva de Jean-Jacques Rousseau. Ao fazê-lo, pretende-se conectar essas concepções ao fio que uniu o capítulo anterior: a relação entre consciência, autoconhecimento e a constituição da identidade humana.

2.2 René Descartes: o cogito como fundamento da identidade reflexiva

Uma ação constituinte da filosofia cartesiana é a aplicação do método da dúvida: duvidar de tudo que for possível de ser posto em dúvida, para alcançar um ponto indubitável. Do ponto de vista do estudo da consciência, a descoberta decisiva de Descartes é o cogito: enquanto penso, não posso duvidar de minha existência como sujeito pensante. O cogito inaugura a consciência imediata como fundamento, o que significa que aquilo que se apresenta na reflexão pura não depende de verificação externa e constitui a base do saber (DESCARTES, *Meditações*, med. II).

Para a constituição da identidade, isso significa uma mudança de paradigma: a identidade não é já uma propriedade da alma entendida em termos metafísicos antigos, mas o efeito de uma consciência que se manifesta. Ou seja, a identidade cartesiana se foca no ser que pensa (*res cogitans*) sobre o ser extenso (*res extensa*).

Apesar de seu caráter fundacional, o cogito enfrenta limites quando tratamos de identidade ao longo do tempo. O fato de que, num dado momento, eu afirmo: “penso, logo sou”, não fornece por si só uma teoria de continuidade pessoal. A consciência imediata garante a existência presente, mas não explica como aquela pessoa presente permanece a mesma pessoa ontem ou amanhã. Ou seja, o cogito assegura a presença da consciência no momento, mas é insuficiente para explicar a persistência e a identidade narrativa do sujeito ao longo da vida.

2.2.1 O problema da interação mente-corpo e suas implicações identitárias

O dualismo — mente e corpo como substâncias distintas — conduz a um problema clássico: como pode uma substância não-espacial (mente) interagir e receber interações de uma substância espacial (corpo)? Desse problema surgem diversas implicações diretas para a identidade: se a identidade do sujeito repousa unicamente na *res cogitans*, que relação essa identidade mantém com um corpo que envelhece, adoece e sofre alterações irreversíveis? A resposta cartesiana tradicional (*pineal gland*; causalidade não totalmente esclarecida) não resolve satisfatoriamente as questões práticas sobre continuidade pessoal em casos de lesões cerebrais, coma prolongado ou demência.

2.2.2 Problematização crítica: cogito, autoconhecimento e responsabilidade

A centralidade do cogito assegura ao sujeito um conhecimento imediato de si, mas também produz uma imagem do sujeito como isolamento da cognição: o “eu que pensa” é essencialmente interior. Isso favorece uma concepção de autoconhecimento como introspecção, mas pode obscurecer dimensões constitutivas do sujeito que são coletivas e históricas (reconhecimento, linguagem, memória social). Além disso, a ênfase na certeza imediata não resolve questões de responsabilidade moral quando a consciência está comprometida (psicose, estados alterados). Em suma: Descartes oferece um fundamento poderoso para a consciência reflexiva, mas o pagamento

desse preço é a geração de novos problemas quando a pergunta é: quem sou eu ao longo do tempo?

2.3 A proposta lockeana: identidade como continuidade da consciência

John Locke produz uma viragem decisiva: a identidade pessoal não se fundamenta em uma substância metafísica, mas na continuidade da consciência. Em termos breves formulados no Ensaio sobre o Entendimento Humano, “ser a mesma pessoa consiste em participar da mesma consciência” (LOCKE, Livro II, Cap. XXVII). Para Locke, a memória que conecta experiências passadas à consciência presente é o elo que faz com que alguém seja a mesma pessoa ao longo do tempo.

Dessa formulação decorrem consequências éticas e jurídicas: responsabilidade por ações passadas está vinculada à capacidade de lembrar; a punição legitimaria-se então apenas enquanto o agente atual fosse consciente das ações passadas.

A teoria lockeana, embora elegante, expõe-se a múltiplos problemas:

Circularidade e acusação de Locke: críticos como Joseph Butler observaram que vincular identidade à memória parece pressupor já uma noção de identidade para que a memória seja atribuída corretamente à mesma pessoa. Ou seja, afirmar que “P recorda A” parece supor que há um P contínuo que recorda A — o que gera uma acusação de circularidade. (Butler, 1736)

Casos-limite e paradoxos: Bernard Williams e Derek Parfit apontaram cenários problemáticos (p. ex., o “Brave Officer” paradox de Parfit) em que transições fragmentadas de memória produzem incoerências: se um soldado A lembra uma ação X na infância, e B (posterior) lembra outra ação Y que o soldado executou depois, mas C (o adulto atual) lembra apenas Y e não X, como garantir a identidade trans-histórica? Parfit argumenta que identidade pessoal pode ser melhor tratada como continuidade psicológica do que como identidade num sentido estrito (PARFIT, 1984).

Amnésia, demência e medicina: p. ex., um sujeito que sofre perda de memória significativa — perdeu lembranças centrais da própria vida — ainda é a mesma pessoa segundo Locke? A resposta lockeana tende a colocar em crise os intuitos morais e práticos relativos à responsabilidade e ao cuidado.

Diante das fragilidades da memória como critério definitivo, pensadores contemporâneos propuseram alternativas: continuidade psicológica (Parfit) e

identidade narrativa (Paul Ricoeur). Ricoeur (1991, p. 115) destaca que a identidade pessoal é construída como história: a pessoa se reconhece por meio das narrativas que tece a seu respeito e que a sociedade autoriza. Essa proposta desloca o foco de um critério puramente “mecânico” da recordação para um processo de auto-constituição histórico-linguístico, que reconcilia a experiência lembrada com os sentidos atribuídos pelas práticas sociais.

2.4 Jean-Jacques Rousseau: educação, formação e constituição de si

Rousseau orienta a reflexão para as dimensões que constituem a identidade. Em obras como *Emílio* e nos *Discursos*, o filósofo destaca que o “si” é também produto de práticas educativas e sociais. A preocupação de Rousseau não é apenas metafísica, mas pedagógica: como formar um sujeito autêntico, capaz de autoconhecimento e autonomia moral, diante das corrupções sociais?

Para Rousseau, a modernidade traz alienações: a comparação social, o ciúme, a corrupção das instituições criam máscaras e fragmentações da identidade. A educação ideal, no projeto de *Emílio*, visa cultivar uma consciência que preserve as tendências naturais sem sucumbir aos vícios sociais. Daí decorre uma concepção de identidade que é de formação: a identidade deve ser cultivada por práticas educativas que promovam a integridade psíquica e a autonomia.

Rousseau dialoga criticamente tanto com a ênfase no sujeito interior quanto com o empirismo lockeano. Enquanto Descartes funda a identidade na reflexão imediata e Locke na continuidade da consciência, Rousseau enfatiza a produção social e educativa do sujeito: identidade é também feita e transformada por relações, instituições e práticas. Assim, Rousseau fornece um contraponto que nos ajuda a enxergar que autoconhecimento não é só introspecção ou memória, mas também uma construção ética e social.

Ao confrontarmos as formulações antigas (Sócrates, Platão, estoicos) com as modernas (Descartes, Locke, Rousseau), emergem convergências e rupturas: Em ambas as tradições a consciência e o autoconhecimento são considerados fundamentais para a vida ética e para a identificação do sujeito como agente moral, entretanto; a Antiguidade tende a pensar identidade como alma/virtude/perfeição, enquanto a Modernidade desloca o problema para a consciência reflexiva e para mecanismos de continuidade psicológica e social.

Três problemas, suscitados por essas comparações devem orientar os capítulos seguintes:

Que papel tem a memória na sustentabilidade da identidade? As posições de Locke e de seus críticos exigem uma investigação detalhada sobre memória, esquecimento e narrativa.

Como conciliar autonomia interior (Descartes, Sócrates) com formação social (Rousseau, estoicos)? É necessário avaliar se autoconhecimento isolado basta para a constituição ética do sujeito.

A filosofia moderna ofereceu ferramentas fecundas para pensar a consciência como condição do autoconhecimento e para aproximar a identidade para questões psicológicas e narrativas. Descartes inaugurou a consciência reflexiva; Locke aproximou a identidade para a continuidade da consciência e da memória; Rousseau recordou que a identidade é também formação social e educação. Entretanto, todos deixam questões em aberto: o problema da interação mente-corpo, as fragilidades do critério da memória, as tensões entre autonomia interior e formação social.

Esses impasses justificam a virada subsequente na filosofia contemporânea: da exploração da experiência vivida, para teorias narrativas (Ricoeur) e ainda para as contribuições tecnológicas (neurociências, estudos sobre a consciência). No próximo capítulo, propõe-se a analisar como autores contemporâneos (Paul Ricoeur, Michel Foucault, António Damásio) e as evidências científicas rearticulam ou contestam as tradições aqui discutidas, buscando responder à pergunta que orienta o TCC: de que modo a consciência e o autoconhecimento atuam na constituição (e transformação) da identidade humana?

2.5 Diálogo entre a Modernidade e a Antiguidade

Ao confrontarmos as formulações da Antiguidade (Sócrates, Platão, estoicos) com as da Modernidade (Descartes, Locke, Rousseau), emergem tanto convergências quanto rupturas. Em ambas as tradições, a consciência e o autoconhecimento são considerados fundamentais para a vida ética e para a definição do sujeito como agente moral. Entretanto, enquanto a Antiguidade tende a conceber a identidade a partir da alma, da virtude e da perfeição, a Modernidade desloca o enfoque para a consciência reflexiva e para mecanismos de continuidade psicológica e social.

Três questões, suscitadas por essas comparações, orientam os capítulos seguintes:

1. **O papel da memória na sustentabilidade da identidade:** as posições de Locke e de seus críticos demandam uma investigação detalhada sobre memória, esquecimento e construção narrativa do self.
2. **A conciliação entre autonomia interior e formação social:** é necessário avaliar até que ponto o autoconhecimento isolado, defendido por Descartes e Sócrates, é suficiente para a constituição ética do sujeito frente à influência social, enfatizada por Rousseau e pelos estoicos.
3. **Limites das abordagens modernas:** embora a filosofia moderna tenha fornecido ferramentas fecundas para pensar a consciência como condição do autoconhecimento, permanecem questões em aberto, como o problema da interação mente-corpo, as fragilidades do critério da memória e as tensões entre autonomia interior e formação social.

Descartes inaugurou a noção de consciência reflexiva; Locke aproximou a identidade da continuidade da memória e da consciência; Rousseau destacou a importância da formação social e da educação na constituição do sujeito. Esses debates justificam a virada da filosofia contemporânea, que se volta para a experiência vivida, para teorias narrativas (Ricoeur) e para contribuições tecnológicas, como as neurociências e estudos sobre a consciência.

No capítulo seguinte, propõe-se analisar como autores contemporâneos — Paul Ricoeur, Michel Foucault e António Damásio —, aliados às evidências científicas, rearticulam ou contestam as tradições discutidas, buscando responder à questão central deste TCC: **de que modo a consciência e o autoconhecimento atuam na constituição e transformação da identidade humana?**

CAPÍTULO 3 – CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA CONSCIÊNCIA E DA IDENTIDADE

Se a Antiguidade concebeu a identidade em termos de alma e autodomínio, e a Modernidade a ancorou na reflexão da consciência e na memória, a contemporaneidade aprofunda o debate ao incorporar novas perspectivas, como a psicanálise, a fenomenologia e a neurofilosofia. Tais abordagens reformulam a relação entre consciência, autoconhecimento e identidade, enfatizando aspectos apenas esboçados por pensadores antigos e modernos.

A partir do século XX, o sujeito é reinterpretado sob múltiplos aspectos — linguístico, emocional, corporal e tecnológico. A filosofia contemporânea já não trata a consciência como uma substância estática, mas como um processo dinâmico em constante transformação. Essa mudança reflete também transformações culturais, advindas da psicanálise, do desenvolvimento das ciências cognitivas e da ascensão de tecnologias de simulação mental (como inteligência artificial e realidade virtual), que tornaram a questão da identidade mais complexa e instável do que nunca.

Ao investigar Jacques Lacan, Wilfred Bion, Maurice Merleau-Ponty e Thomas Metzinger, percebe-se uma transição da certeza da consciência para a variedade de mediações que a constituem. Linguagem, corpo, afeto e cérebro tornam-se dimensões interdependentes, sem que nenhuma delas possa, isoladamente, explicar o “eu”. O objetivo deste capítulo é, portanto, apresentar essas teorias, contextualizá-las e problematizá-las, evidenciando como a noção de identidade se constitui em um campo de interseção entre filosofia, psicologia e neurociência.

3.2 Psicanálise e a formação do sujeito: Lacan e Bion

Jacques Lacan (1901–1981), ao revisitar Freud, propôs uma reinterpretação radical da consciência. Em sua famosa formulação, “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1998, p. 23). O sujeito, portanto, não é um núcleo transparente de autodomínio, mas um ponto de interseção entre discursos, desejos e símbolos. A consciência surge como efeito de uma estrutura linguística que precede o indivíduo.

Sua teoria do estágio do espelho evidencia que a identidade é, desde o início, uma experiência mediada e alienante. Ao reconhecer sua imagem refletida, a criança

identifica-se com uma totalidade ilusória. Esse reconhecimento produz uma sensação de unidade, mas também um rompimento, pois a imagem vem de fora. O “eu” é, assim, um reflexo simbólico e imaginário, uma ficção necessária para conferir coesão ao sujeito (LACAN, 1998, p. 94).

Essa perspectiva implica que o autoconhecimento é sempre mediado: não há acesso direto ao próprio ser. Toda forma de consciência é simultaneamente um desconhecimento. Lacan, nesse sentido, subverte a máxima socrática “conhece-te a ti mesmo”, mostrando que esse “si mesmo” é uma construção sempre incompleta, dependente da linguagem e do olhar do outro.

A teoria lacaniana encontra ecos na sociedade contemporânea, marcada pelo predomínio de imagens e pela construção de identidades nas redes sociais. Plataformas digitais multiplicam o “espelho” lacaniano: criamos avatares, perfis e representações que devolvem versões idealizadas de nós mesmos. O sujeito contemporâneo oscila constantemente entre reconhecimento e alienação, reafirmando a atualidade da leitura de Lacan.

Wilfred Bion (1897–1979) amplia o campo da psicanálise ao investigar as estruturas que organizam o pensamento e a consciência emocional. Em *Learning from Experience* (1962), propõe que a mente opera transformando experiências sensoriais e emocionais brutas — os elementos beta — em conteúdos mentais processáveis — os elementos alfa (BION, 1962, p. 35). Essa transformação permite pensar, simbolizar e aprender com a experiência.

Diferentemente de Lacan, que privilegia a linguagem, Bion enfatiza o afeto e a experiência emocional. A consciência não é apenas racional ou linguística: ela emerge da capacidade de processar emoções. Quando essa função falha, o sujeito perde coesão interna, gerando estados de ansiedade, confusão e ruptura da identidade. Assim, o autoconhecimento passa a ser entendido como elaboração emocional — um processo de digestão simbólica dos afetos.

A teoria bioniana estabelece uma ponte entre filosofia da consciência e psicologia clínica: conhecer-se implica tanto pensar quanto sentir. Eticamente, essa concepção sugere que a formação da identidade requer reflexão e trabalho emocional. Uma sociedade que reprime afetos ou supervaloriza a racionalidade tende a produzir sujeitos fragmentados, incapazes de lidar com a complexidade da experiência consciente.

Lacan e Bion, embora partam de premissas distintas, convergem ao revelar o sujeito como produto de processos que o transcendem: linguagem, emoção, desejo e alteridade. Em ambos, o eu é mais efeito do que causa — e o autoconhecimento, mais jornada do que ponto de chegada.

3.3 Fenomenologia da percepção: Merleau-Ponty

Maurice Merleau-Ponty (1908–1961) desloca o problema da consciência para o terreno da corporeidade. Em *Fenomenologia da Percepção* (1999), critica o dualismo cartesiano e propõe que “não temos um corpo: somos um corpo” (p. 203). O corpo é o lugar onde o mundo se revela; é por meio dele que a consciência se enraíza na realidade.

A identidade, sob essa perspectiva, não é uma substância metafísica nem uma projeção simbólica, mas o resultado da experiência vivida (*Lebenswelt*). O autoconhecimento é sempre corporal e relacional. A consciência surge na interação entre sujeito e mundo, entre percepção e ação. “A percepção não é uma ciência do mundo, é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 67).

Essa abordagem confere à consciência caráter existencial e histórico. O sujeito não é isolado, mas situado; não é um “penso”, mas um “percebo”. Merleau-Ponty aproxima-se dos filósofos antigos — sobretudo dos estoicos — ao enfatizar a unidade entre corpo e mente, mas os supera ao rejeitar qualquer hierarquia entre razão e sensibilidade.

Nos tempos atuais, a fenomenologia merleau-pontyana dialoga com pesquisas em neurociência cognitiva, que reconhecem o papel do corpo e do ambiente na formação da mente. O conceito de “mente corporificada” (*embodied mind*) retoma e valida empiricamente as intuições de Merleau-Ponty: somos corpos que percebem, sentem e constroem significado no mundo. Essa dimensão prática da consciência amplia o horizonte do autoconhecimento, que deixa de ser introspecção isolada e se torna experiência situada.

3.4 Neurofilosofia e o modelo do eu: Thomas Metzinger

Thomas Metzinger (1958–) representa uma vertente radical da filosofia contemporânea da mente. Em *Being No One* (2003), defende que “ninguém jamais teve ou foi um eu” (p. 1): o self é apenas uma construção cerebral. Segundo sua *Self-Model Theory of Subjectivity*, a consciência é um modelo interno que o sistema nervoso cria para representar o próprio organismo, permitindo autopercepção e controle das ações.

Essa teoria implica que a identidade é uma simulação útil. A mente cria a ilusão de um sujeito contínuo, mas o “eu” não passa de um processo auto-referencial. O que chamamos de autoconhecimento é, portanto, o modelo se representando a si mesmo. Metzinger apoia-se em evidências empíricas: experiências fora do corpo, ilusões corporais e estados alterados de consciência mostram que o senso de identidade pode ser modificado ou suprimido. Experimentos com realidade virtual e estimulação cerebral demonstram que o sentimento de “ser alguém” é produto de circuitos neurais flexíveis.

A implicação filosófica é profunda. Se o eu é uma ilusão funcional, a ética precisa se reformular: responsabilidade e autonomia passam a depender de processos conscientes e não de essências metafísicas. Metzinger reconhece que, mesmo ilusório, o modelo de self é indispensável para coesão e sobrevivência. Sua teoria combina naturalismo e pragmatismo: o eu não é substância, mas ferramenta cognitiva evolutiva.

Ao colocar o cérebro no centro da reflexão, Metzinger recoloca a filosofia em diálogo com a ciência, oferecendo contraponto contemporâneo às teorias psicanalíticas e fenomenológicas.

3.5 Síntese e problematização

Lacan, Bion, Merleau-Ponty e Metzinger convergem em rejeitar a identidade como essência fixa. Cada um, contudo, ilumina dimensões distintas da complexidade humana:

- **Lacan**: identidade como efeito da linguagem e do olhar do outro;
- **Bion**: identidade como integração simbólica das emoções;
- **Merleau-Ponty**: identidade como experiência perceptiva e corporal;
- **Metzinger**: identidade como modelo neural auto-referencial.

Essas perspectivas indicam um diagnóstico comum: o sujeito é um processo, não uma substância. A consciência, longe de ser transparente, é mediada por linguagem, afeto, corpo e cérebro.

Porém, essas teorias levantam novos dilemas: se o eu é efeito da linguagem ou simulação neural, como sustentar noções éticas de responsabilidade e liberdade? Se a identidade depende de emoções e percepção, como conceber o autoconhecimento em contextos de doença mental, deficiência sensorial ou mediação tecnológica?

A contemporaneidade não dissolve o sujeito, mas o complexifica. A identidade humana surge como interseção entre estrutura simbólica, emoção, corporeidade e rede neural. O autoconhecimento, por sua vez, torna-se uma tarefa inacabada, exigindo diálogo constante entre filosofia, psicanálise e ciência. É nesse cruzamento que reside o desafio do pensamento contemporâneo: compreender o humano como ser simbólico, afetivo e biológico, cuja consciência é, simultaneamente, enigma e projeto.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida ao longo desta pesquisa revelou que a questão da consciência e do autoconhecimento é, antes de tudo, uma busca constante pela compreensão daquilo que constitui a essência do humano. Desde a Antiguidade até o pensamento contemporâneo, a filosofia tem se ocupado de responder à pergunta “quem somos?”, entendendo que nela reside o fundamento de toda reflexão ética, epistemológica e existencial. O sujeito, longe de ser um dado fixo, emerge como uma construção contínua, atravessada pela linguagem, pela cultura e pela experiência.

A análise do pensamento socrático mostrou que o autoconhecimento, na origem da filosofia ocidental, não é apenas um exercício intelectual, mas uma tarefa ética. “Conhece-te a ti mesmo” não significava um convite à introspecção abstrata, mas um chamado à consciência moral e à coerência entre o agir e o pensar. Sócrates inaugura, assim, uma concepção de sujeito que se constitui na relação com a verdade, reconhecendo seus limites e buscando o aperfeiçoamento de sua alma por meio do diálogo e da reflexão crítica.

Platão, ao herdar e ampliar o pensamento socrático, desloca a questão da identidade para o campo metafísico. A alma, imortal e racional, é a verdadeira essência do ser humano. O corpo aparece como prisão ou sombra, e a tarefa filosófica consiste em libertar-se das ilusões sensíveis para alcançar o mundo das ideias. Essa visão dualista marcou profundamente a tradição ocidental, fixando a distinção entre o sujeito e o mundo, entre o interior e o exterior, entre o corpo e o espírito.

Com os estoicos, o autoconhecimento ganha uma dimensão cosmológica. O homem passa a ser compreendido como parte de uma razão universal, o *logos*, que governa todas as coisas. Conhecer-se, portanto, significa harmonizar-se com a ordem do cosmos e aceitar racionalmente o destino. Essa perspectiva desloca o centro da reflexão do indivíduo isolado para um sujeito em comunhão com o todo, revelando que a consciência é também um exercício de aceitação, serenidade e responsabilidade diante da vida.

A passagem para a modernidade trouxe uma ruptura radical com essa visão. O pensamento cartesiano inaugura uma nova concepção de sujeito, baseada na autonomia da razão. “Penso, logo existo” substitui a antiga máxima socrática, afirmando que a certeza da existência se encontra na atividade reflexiva da mente.

Descartes coloca a consciência como fundamento de toda verdade, instaurando o paradigma do sujeito racional, autoevidente e separado do mundo.

Contudo, essa separação entre mente e corpo, sujeito e objeto, acabou gerando novas tensões. Locke, ao introduzir o conceito de identidade pessoal baseada na memória e na continuidade da consciência, desloca o debate para o campo psicológico. O eu deixa de ser substância metafísica para tornar-se uma narrativa construída ao longo do tempo. Assim, a identidade passa a depender da lembrança de si mesmo, da capacidade de reconhecer-se nas próprias experiências e de preservar certa unidade diante da mudança.

Rousseau, por sua vez, insere a dimensão afetiva e social nesse debate. Ao refletir sobre a natureza humana e a origem da desigualdade, ele aponta que o homem só se compreende a partir de suas relações com os outros. O autoconhecimento, então, não é apenas interior, mas relacional: é na comparação, no olhar do outro e na tensão entre natureza e cultura que o sujeito moderno se constitui. Surge, com isso, a consciência moral, mediada pela empatia, pelo sentimento e pela reflexão sobre a própria liberdade.

A filosofia moderna, portanto, legou à contemporaneidade um sujeito consciente de si, mas também fragmentado. A racionalidade cartesiana e a interioridade lockeana deram lugar a novas perguntas sobre a unidade do eu. Se a identidade depende da memória, o que ocorre quando ela se perde ou se transforma? Se a consciência é mediada pelo corpo e pela linguagem, até que ponto o sujeito é realmente autônomo? Tais questões abriram espaço para as investigações fenomenológicas, psicanalíticas e neurocientíficas dos séculos XX e XXI.

A fenomenologia de Merleau-Ponty foi fundamental para reaproximar a consciência do corpo. O autor mostrou que não somos uma mente que habita um corpo, mas um corpo que sente, percebe e pensa. A experiência é, portanto, encarnada; a consciência não é uma instância exterior ao mundo, mas o modo pelo qual o mundo se manifesta. Essa virada fenomenológica rompe o dualismo cartesiano e recoloca a subjetividade no terreno da experiência viva.

A psicanálise, especialmente em Freud e Lacan, complexifica ainda mais essa questão ao afirmar que a consciência é apenas uma pequena parte do psiquismo. O sujeito é atravessado por desejos inconscientes, pulsões e símbolos que escapam ao controle racional. O autoconhecimento, nesse contexto, nunca é completo: há sempre

uma zona obscura, um resto não sabido que constitui o próprio eu. Assim, conhecer-se é também confrontar-se com o desconhecido dentro de si.

As teorias contemporâneas da mente, por sua vez, ampliam esse horizonte. Filósofos como Thomas Metzinger e David Chalmers exploram a relação entre consciência e representação, questionando o que significa “ser alguém”. Chalmers, em particular, introduz o “problema difícil” da consciência: explicar por que processos físicos geram experiências subjetivas. Essa indagação desloca a filosofia da mente para o terreno da neurociência e da ontologia, evidenciando que o autoconhecimento não é apenas uma questão moral, mas também biológica e fenomenal.

A partir dessas abordagens, torna-se possível afirmar que a consciência é simultaneamente biológica, psicológica, cultural e simbólica. Não existe um “eu” fixo, mas uma multiplicidade de camadas que se atualizam no tempo e no espaço. A identidade, nesse sentido, é um processo — uma narrativa em constante reconstrução, feita de lembranças, percepções, afetos e interações.

O percurso filosófico examinado nesta pesquisa permite compreender que cada época redefine o sentido do autoconhecimento conforme suas próprias condições históricas e epistemológicas. Se na Grécia ele era um caminho ético; na modernidade, um exercício de razão; hoje ele é uma tarefa de reconstrução simbólica em meio à complexidade do mundo digital e das novas tecnologias cognitivas.

A consciência, outrora vista como centro de controle e clareza, torna-se, na contemporaneidade, um campo de tensões. As redes sociais, a inteligência artificial e as formas de exposição da vida produzem novas formas de “eu”, muitas vezes artificiais, fragmentadas ou performáticas. O desafio atual é, portanto, resgatar o sentido filosófico do autoconhecimento como reflexão crítica e discernimento diante de si e do outro.

O sujeito contemporâneo vive sob a pressão do desempenho e da constante comparação, o que tende a gerar sentimentos de insuficiência e alienação. Nesse contexto, o autoconhecimento deixa de ser um luxo intelectual e passa a ser uma necessidade existencial. Conhecer-se é resistir à dissolução da identidade na avalanche de estímulos e representações que marcam a sociedade líquida.

Ao longo desta investigação, evidenciou-se que a busca pelo autoconhecimento é também uma busca por sentido. Não se trata apenas de saber quem somos, mas de compreender o que significa existir. Essa dimensão ontológica permanece como o fio condutor da filosofia, mostrando que a consciência é o lugar

onde o mundo e o sujeito se encontram — um espaço de diálogo entre o ser e o saber, entre o viver e o compreender.

Conclui-se, portanto, que o autoconhecimento é um processo inacabado, dinâmico e essencialmente relacional. Nenhum modelo filosófico isolado é capaz de esgotar sua complexidade. Do “conhece-te a ti mesmo” socrático ao “problema difícil” de Chalmers, a filosofia revela que a consciência é o espelho no qual a humanidade se interroga, renova e se reconhece.

Em síntese, este trabalho reafirma que pensar a consciência é pensar o próprio humano. A identidade não é uma essência a ser descoberta, mas uma construção que se faz no tempo, na linguagem e na relação com o outro. A tarefa do autoconhecimento, portanto, não se encerra: ela continua sendo o horizonte ético e filosófico de uma humanidade que, ao buscar compreender-se, também se transforma.

9. REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Consciência*. In: _____. *Dicionário de Filosofia*. 3. ed. rev. e ampl. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 194
- BLUM, Paul Richard. *Substance Dualism in Descartes*. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Fall 2020 Edition
- BION, Wilfred R. *Elementos de Psicanálise*. Tradução de Jayme Salomão e Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- BUTLER, Joseph. *Of Personal Identity*. In: *The Analogy of Religion, Natural and Revealed*. London: 1736.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2002. HADOT, Pierre. *Filosofia como Modo de Vida*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (ver Meditação II: *cogito*).
- GOMES, Leonardo. *Filosofia da mente, dualismo e zumbis*. Paraná: Cadernos PET-Filosofia, 2022.
- HADOT, Pierre. *Exercícios espirituais e filosofia antiga*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- KENNY, Anthony. *Uma Nova História da Filosofia Ocidental – Vol. 1: Antiguidade e Idade Média*. São Paulo: Loyola, 2010.
- LACAN, Jacques. *Écrits: A selection*. Tradução de Alan Sheridan. Nova York: W. W. Norton & Company, 1977.
- LOCKE, John. *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1975. (ver Livro II, Cap. XXVII, “Da Identidade e Diversidade”).
- MARTINAZZO, Celso. *Identidade Humana: Unidade e Diversidade Enquanto Desafios para uma Educação Planetária*. [S.L.]: Revista Contexto & Educação, 2010.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Benedito Martins. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- METZINGER, Thomas. *Being No One: The Self-Model Theory of Subjectivity*. Cambridge (MA): MIT Press, 2003.
- PARFIT, Derek. *Reasons and Persons*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga: vol. I – Dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Loyola, 1994.
- RICOEUR, Paul. *O Si Mesmo como um Outro*. Campinas: Papyrus, 1991.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou Da Educação*. (obras clássicas: 1762).

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SPINELLI, Miguel. *O Daimónion de Sócrates*. São Paulo: Hypnos, 2006.